



Programa de Pós-Graduação  
em Formação de Professores  
e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI)  
UPE - Campus Petrolina

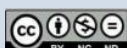
**Claudia Christina Delgado Leite**  
Universidade de Pernambuco  
claudia.christinadelgado@upe.br  
 [0009-0006-2356-5129](https://orcid.org/0009-0006-2356-5129)

**Thalyta Corrêa Amaral Gomes**  
Universidade de Pernambuco  
thalytaenf36@gmail.com.br  
 [0000-0003-4017-6775](https://orcid.org/0000-0003-4017-6775)

**Iracema Hermes Pires de Mélo Montenegro**  
Universidade de Pernambuco  
iracema.montenegro@upe.br  
 [0000-0003-2770-8060](https://orcid.org/0000-0003-2770-8060)

**Submetido: 20/07/2023**  
**Aceito: 20/08/2023**  
**Publicado: 05/01/2024**

**Volume 1 – Número 1 (2024)**  
**ISSN:**  
**DOI:**



## CASO CLÍNICO HIPOTÉTICO: DIAGNÓSTICO TARDIO DE SURDEZ NA ESCOLA

**RESUMO:** Este estudo, tem como objetivo, discutir o processo de inclusão dos alunos surdos na comunidade e na escola, considerando o contexto familiar, dificuldades de aprendizagem e aspectos multifatoriais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. É resultado de atividade em sala de aula, da disciplina de Educação em Saúde na Prática Docente do PPGFPPI UPE *Campus* Petrolina, e se deu por meio de Método de Caso. O grupo discente desenvolveu um caso clínico hipotético de surdez, incluindo diagnóstico, legislação vigente, aceitação familiar, inclusão do aluno surdo na escola e comunidade. As reflexões apontam à importância de um professor sensível e preparado, com uma didática mais visual e inclusiva, ampliando a rede comunicativa desse aluno surdo com os demais, abrangendo a família e amigos.

**Palavras-chave:** educação inclusiva, inclusão, legislação, surdez.

## HYPOTHETICAL CLINICAL CASE: LATE DIAGNOSIS OF DEAFNESS AT SCHOOL

**ABSTRACT:** This study aims to discuss the process of inclusion of deaf students in the community and at school, considering the family context, learning difficulties and multifactorial aspects involved in the teaching and learning process. It is the result of classroom activity, of the Health Education in Teaching Practice discipline at PPGFPPI UPE *Campus* Petrolina and was carried out through a Case Method. The student group developed a hypothetical clinical case of deafness, including diagnosis, current legislation, family acceptance, inclusion of the deaf student in the school and community. The reflections point to the importance of a sensitive and prepared teacher, with a more visual and inclusive teaching style, expanding the communicative network of this deaf student with others, including family and friends.

**Keywords:** deafness, inclusion, inclusive education, legislation.

## CASO CLINICI HIPOTETICO: DIAGNOSTICO TARDE DE SORDERA EM LA ESCUELA

**RESUMEN:** Este estudio tiene como objetivo discutir el proceso de inclusión de estudiantes sordos en la comunidad y en la escuela, considerando el contexto familiar, las dificultades de aprendizaje y los aspectos multifactoriales involucrados en el proceso de enseñanza y aprendizaje. Es resultado de la actividad presencial, de la disciplina Educación en Salud en la Práctica Docente del PPGFPPI UPE *Campus* Petrolina, y se realizó a través del Método del Caso. El grupo de estudiantes desarrolló un caso clínico hipotético de sordera, incluyendo diagnóstico, legislación vigente, aceptación familiar, inclusión del estudiante sordo en la escuela y comunidad. Las reflexiones apuntan a la importancia de un docente sensible y preparado, con un estilo de enseñanza más visual e inclusivo, ampliando la red comunicativa de este estudiante sordo con otros, incluidos familiares y amigos.

**Palabras clave:** educación inclusiva, inclusión, legislación, sordera.



## INTRODUÇÃO

De acordo com Lacerda (2006), os alunos surdos no Brasil passaram por um longo processo histórico no âmbito educacional, porém é preciso notar que a inclusão de estudantes surdos não depende apenas de acessibilidade, mas também é preciso criar métodos e abordagens de ensino acessível a suas necessidades. Strobel (2009), chama atenção que a história dos surdos é dividida em 3 grandes fases e que devemos considerá-las, para entender melhor em qual momento estamos.

Revelação cultural: Nesta fase os povos surdos não tinham problemas com a educação. A maioria dos sujeitos surdos dominava a arte da escrita e há evidência de que antes do congresso do Milão havia muitos escritores surdos, artistas surdos, professores surdos e outros sujeitos surdos bem-sucedidos. 2. Isolamento cultural: ocorre uma fase de isolamento da comunidade surda em consequência do congresso de Milão de 1880 que proíbe o acesso da língua de sinais na educação dos surdos, nesta fase as comunidades surdas resistem à imposição da língua oral. 3. O despertar cultural: a partir dos anos 60 inicia uma nova fase para o renascimento na aceitação da língua de sinais e cultura surda após de muitos anos de opressão ouvintista para com os povos surdos. (STROBEL, 2009, p.12)

O estudante Surdo é uma realidade dentro das escolas brasileiras. Segundo o Relatório Mundial da Audição lançado pela Organização Mundial de Saúde (2021), 1,5 bilhão de pessoas têm algum grau de deficiência auditiva (surdez) hoje no mundo. Dados nacionais publicados pelo IBGE, afirmam que o número de pessoas surdas no Brasil, passa dos dez milhões (IBGE, 2022). Mesmo com a lei que determina o uso da Libras, Língua Brasileira de Sinais, essas pessoas ainda enfrentam muitas dificuldades para acessar serviços básicos do dia a dia, fornecidos por empresas, órgãos e entidades, segundo o próprio relatório do IBGE.

É importante salientar que as pessoas surdas veem o mundo de uma maneira diferente, fazem uso das LIBRAS como a língua principal, seguido da comunicação efetiva por meio de sinais. Com o uso da LIBRAS conseguem aprender a língua portuguesa e assim as duas línguas possibilitam aos surdos a interação e a integração na sociedade como cidadão (SANTOS; MENEZES, 2018).

A Língua Brasileira de Sinais (Libras): é uma língua visual espacial; baseada nas experiências visuais das comunidades surdas, mediante as interações culturais surdas; apresenta uma sintaxe espacial incluindo os chamados classificadores; utiliza a estrutura de foco por meio de repetições



sistemáticas; utiliza as referências anafóricas por intermédio de pontos estabelecidos no espaço que exclui ambiguidades; não tem marcação de gênero; atribui um valor gramatical às expressões faciais; coisas que são ditas nas línguas de sinais não são ditas usando o mesmo tipo de construção gramatical da língua portuguesa. Assim, há vezes que uma grande frase é necessária para dizer poucas palavras em uma ou outra língua; a escrita não é alfabética. (PORTAL DA EDUCAÇÃO, 2018).

Existem dois tipos de surdez, a surdez pré-linguística ou pré-lingual, que é congênita, ou seja, surgiu em tenra idade, antes de o indivíduo desenvolver a fala e também há a surdez pós-linguística ou pós-lingual, essa é adquirida, portanto surgiu após a aquisição da fala (ALPENDRE, 2008).

Quanto ao desenvolvimento cognitivo e social, cumpre a promoção da educação conforme preceitua a Constituição Federal em seu Artigo 3º, inciso IV, a qual prevê a “[...] a promoção do bem de todos, fundamentando o paradigma da inclusão escolar, torna-se necessário que as escolas levem em conta, em seus projetos pedagógicos, as necessidades de todos os alunos, suas qualidades e peculiaridades. No caso da surdez requer a adaptação dos ambientes físicos e das práticas pedagógicas para atender a diversidade dos alunos. Assim, todos os setores da escola precisam conhecer e comprometerem-se com a proposta de inclusão educacional, cabendo ao professor e coordenação acolher o aluno surdo e a família, prestando as orientações, encaminhando-os aos serviços e promovendo as adaptações necessárias na escola como: sinalização dos espaços com placas em Libras, realizar um planejamento de forma que o estudante surdo tenha acesso a todos os conteúdos curriculares ministrados na turma a qual faz parte e desenvolver o máximo das habilidades esperadas para a sua faixa-etária.

Para isso, o aluno precisa estar inserido nas diversas atividades realizadas na escola e tenha participação em toda a convivência comunitária. É necessária a adaptação das atividades, sendo imprescindível que se faça uso de muitas imagens relacionadas ao conteúdo em estudo enquanto como reforço da escrita. Que tenha o estudante tenha a oportunidade de se expressar rotineiramente no espaço escolar por meio das demais linguagens que não seja a oralidade. Devem ser disponibilizados os recursos físicos, humanos e materiais para o atendimento de todos. É de responsabilidade da escola, recorrer ao órgão gestor (secretaria



de educação/gerências) para solicitar o profissional e de apoio (intérprete da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS) e até mesmo um professor especializado para atuar na comunidade. Não anulando a necessidade do professor da turma se munir das diversas estratégias para melhor atender as especificidades dos seus alunos.

Diante do exposto, resultante de debates em sala de aula da disciplina de Educação em Saúde do programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI) da Universidade de Pernambuco, consideramos importante trazer a discussão para o âmbito do indivíduo e suas particularidades, lançando mão de um caso clínico hipotético como instrumento de estudos, podendo discutir seu desdobramento em várias esferas, incluindo abordagem biopsicossocial do aluno em questão.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo, trata-se de um relato de experiência sobre uma atividade ocorrida em sala de aula da disciplina eletiva Educação em Saúde na Prática Docente, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPI) da Universidade de Pernambuco Campus Petrolina. Por meio de metodologias ativas “Método do Caso”, no qual a narrativa é planejada baseada em vivências práticas, aplicando e relacionando conceitos, analisando e pensando em estratégias ativas e colaborativas para tomada de decisão.

Na perspectiva de continuidade e benefícios no ensino aprendizagem, há uma investida em proporcionar os ambientes e os participantes mais operantes e partes dos processos de aprendizagem, de maneira a incentivar a liberdade, autonomia e criticidade dos alunos e instigar discussões e estratégias para desconstruir a prática defasada do ambiente de aprendizagem com práticas pedagógicas que os docentes são transmissores de conhecimento e os alunos os receptores, práticas voltadas na centralização do conhecimento no aluno (KERN, 2002; KANE, 2004; CHERNEY, 2008; CHI, 2009).

Segundo KANE (2004), as metodologias ativas são paralelamente ambíguas, todavia a aplicação de técnicas e ferramentas metodológicas para a ensino/aprendizagem, utilizando a abordagem na resolução de problemas práticos é potencialmente eficaz, para a



fundamentação e construção de conhecimentos. Esse instrumento corrobora para dar foco no aluno como agente ativo e colaborativo no processo de aprendizagem.

A Metodologia ativa tem uma concepção de educação crítico-reflexiva com base em estímulo no processo ensino-aprendizagem, resultando em envolvimento por parte do educando na busca pelo conhecimento (MARTINS et al., 2020, p. 166).

Em contrapartida aos métodos tradicionais de ensino-aprendizagem nos quais o aluno é caracterizado como inerte, nas metodologias ativas, o estudante, desempenha o papel não mais como figurante, e sim como autor e partícula integrante no processo de construção do conhecimento, tendo o professor como mediador e agente otimizador do processo de aprendizagem. Logo, o comprometimento do docente é elemento determinante para a eficácia da implementação efetiva e eficiente das metodologias ativas (ADLER; WHITING; WYNN-WILLIAMS, 2004; KANE, 2004).

Para MARIN et al. (2010) a motivação do aluno é indubitavelmente um aspecto potencializador da prática de estudo para que ele consiga atingir os objetivos e seja resolutivo, o que intensifica o comprometimento e amplia as relações sociais. Entretanto, é necessário salientar que por diversas circunstâncias, modos de vida, condições de vida, condições sociais e relações com o meio, o aluno pode não estar preparado para exercer esse papel.

### **Caso Clínico**

A paciente E.L.A.S, sexo feminino, 4 anos de idade, comparece à unidade de saúde acompanhada pela genitora e a coordenadora pedagógica da escola que frequenta há pouco tempo, com relato de febre, tosse, coriza e obstrução nasal há 5 dias. Afirma que a criança diminuiu a ingestão alimentar e hídrica, e se apresenta prostrada no momento da febre. Nega queixas gastrointestinais e urinárias. Nega outras queixas. Nega patologias de base. Nega alergias medicamentosas. Nega uso de medicação contínua. Internamento hospitalar, apenas após o nascimento, devido à prematuridade. Não faz acompanhamento de puericultura.

Ao exame: Regular estado geral, hipoativa, reativa, chorosa, gemente, cianótica, desidratada, hipocorada. Aparelho cardiovascular: Ausculta cardíaca em 2 tempos sem sopro, Frequência cardíaca: 125 BPM (Batimentos por minuto); Aparelho Respiratório: Crepitação



em base de hemitórax Direito, expansibilidade preservada, Frequência respiratória: 46 inspirações por minuto; T: 38,9°C; Saturação de oxigênio: 82%.

Mãe G4P4A0 ( 4 gestações/ 4 partos/ zero abortos), parto cesárea de urgência com 32 semanas (Não sabe informar a causa), pesando 1,200 kg. Afirma que após o parto a filha ficou na UTI por 22 dias, e que permaneceram no hospital por 50 dias para ganhar peso e tratar infecção. Relata, também, que não conseguiu amamentar a filha durante a estadia no hospital. Sobre o pré-natal, iniciou com 26 semanas de gestação, mas foi descontinuado. Afirma que, ao receber os exames de rotina gestacionais foi diagnosticado sífilis, entretanto ela não iniciou o tratamento, pois não apresentava sintomas e, de acordo com a sua percepção, não era necessário. Na gestação, não fez uso de suplementos como ácido fólico e sulfato ferroso que são preconizados pelo ministério da saúde. Genitora estudou até a 4ª série do ensino fundamental. Nega tabagismo. Afirma que criança se sentou pouco depois de 6 meses de idade, andou com 12 meses. Brinca e interage bem com os irmãos e vizinhos. Não pronuncia palavras, apenas sons. Aponta o que quer e se veste sozinha. Teste do pezinho não apresenta alterações (Trouxe o exame). Não fez o teste da orelhinha.

A genitora relata que precisa trabalhar e que seus 4 filhos (10 anos, 6 anos, 5 anos, 4 anos) ficam em casa sozinhos sob os cuidados do filho mais velho que tem 10 anos de idade. Este prepara a alimentação e cuida de todos os irmãos quando não estão na escola (Todos frequentam a escola no período da manhã). Moram em uma casa de taipa que não possui banheiro. Nega quaisquer patologias de base, uso crônico de medicações ou internamentos prévios dos demais filhos.

A coordenadora pedagógica que as acompanha, relata que veio para ajudá-las, pois percebeu que a criança não estava bem e a mãe tem pouca compreensão da gravidade. Na escola, a criança não estava tendo boa aceitação alimentar há alguns dias e, nesta data, apresentava febre e sonolência, e por isso resolveu ligar para a mãe para que a levasse ao hospital. Refere que a criança não fala, apenas emite sons, não responde quando chamada pelo nome, não identifica letras, tenta interagir com os colegas por meio de gestos e sons mas, fica um pouco isolada, prestando atenção ao seu entorno. Não apresenta estereotípias. Afirma que a mãe pouco interage com a criança.



Hipóteses Diagnósticas: Infecção de vias aéreas superiores, complicada com Pneumonia; Anemia; Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor (Estimulação inadequada? - Alterações auditivas? – Surdez secundária a sífilis congênita? Complicações de prematuridade?), Transtorno de Espectro Autista (TEA)?, Anemia, Erro alimentar, Risco social.

CONDUTA: Internação hospitalar e demais cuidados inerentes ao tratamento da condição aguda que, não será detalhado, por não ser o foco do presente estudo.

Faz-se imprescindível contactar assistente social para dar suporte à família durante a internação sendo esse, também, um acompanhamento muito valioso após alta hospitalar, para ser o elo entre a família e a equipe multidisciplinar (Fonoaudiólogo, psicólogo, terapeuta ocupacional, médico, pedagogo) que deve acompanhar essa criança dado seu atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, devido a um provável diagnóstico de alteração auditiva que deve ser confirmado por meio de exame específico, além de serem pesquisados diagnóstico diferenciais. A criança não interage bem com os colegas da escola, deve-se considerar, como diagnóstico diferencial TEA, sabendo-se que a surdez, não diagnosticada, nesse caso, pode justificar seu comportamento, já que a habilidade de escutar está intimamente relacionada aos processos de desenvolvimento psicoemocional e da aprendizagem. Considerando o histórico de sífilis congênita e suas sequelas, a surdez é o diagnóstico mais provável e deve ser confirmada por meio de exames.

## **DISCUSSÃO DO CASO**

O caso apresenta uma criança de 4 anos, com quadro agudo de pneumonia, que requer internação hospitalar. Tem história de intercorrência na gestação, com histórico provável de sífilis congênita e trabalho de parto prematuro. Nascido prematuro moderado com muito baixo peso ao nascer, sendo submetido a internação hospitalar por um longo período (72 dias, sendo 22 deles na UTI neonatal). Não foi feito pré-natal adequado ou qualquer suplementação vitamínica, além de não ter amamentado e sofrer privação de estímulos adequados, apresentando interação restrita, ficando isolada na escola, não respondendo ao chamado e não interagindo com outras crianças na escola, mas interagindo e brincando com os irmãos em casa, mesmo não verbalizando palavras e emitindo apenas sons.



No que cabe à discussão da disciplina, a respeito do desenvolvimento neuropsicomotor, o quadro clínico abordado, apresenta riscos para o atraso do desenvolvimento. Esses riscos para atrasos no desenvolvimento estão concentrados em três grupos principais: aqueles com diagnóstico estabelecido, o grupo de crianças com risco biológico geralmente relacionado às condições de gestação e nascimento, e aqueles com risco ambiental, onde estão concentradas as dificuldades relacionadas com uma estrutura familiar deficiente, características socioeconômicas desfavoráveis e cuidados inadequados. O paciente em questão, apresenta, então, causas multifatoriais para não adequação que vem apresentando e conseqüentemente comprometimento da aprendizagem.

A identificação e a intervenção precoces são fundamentais para o prognóstico das crianças com distúrbios do desenvolvimento, o que faz da avaliação deste processo parte indispensável de toda consulta pediátrica, porém essa mãe não fazia acompanhamento médico longitudinal com essa criança e não foi feito um exame de extrema importância para rastreio de déficit auditivo nas crianças de um modo geral e em especial para essa criança que apresenta risco significativo de desenvolver surdez, devido ao seu histórico pré e pós natal ( sífilis congênita, prematuridade, muito baixo peso, internação prolongada em UTI).

Ainda deve-se considerar que há leis de sequência e maturação que implicam em tendências básicas para o desenvolvimento das crianças, mesmo considerando que cada uma tem um ritmo e um estilo próprio de crescimento, que são características de sua individualidade, essa maturação tem importância crítica e precisa ser acompanhada de perto, por médico, professores e, se necessário instituir acompanhamento multidisciplinar precocemente com fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e assistente social. O desenvolvimento apresenta avanços, estacionamentos e retardos, não é uma evolução estável, portanto proporciona mudanças qualitativas e quantitativas para a evolução, sendo, também fatores determinantes, a percepção, a cognição, a experiência e o ambiente.

Em crianças que apresentam muitos problemas durante o período neonatal, aparecem muitas vezes sinais de atraso no desenvolvimento, ainda mais nesse caso de uma paciente com risco aumentado de surdez, sem confirmação diagnóstica por meio de exames, que evolui não responde quando chamada pelo nome, não identifica



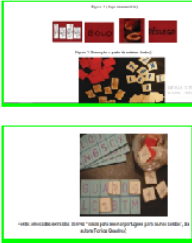

letras não interage com os colegas, não pronuncia as palavras quando solicitada, em contrapartida, interage e brinca com os irmãos emitindo sons e gesticulando. Durante os 3 primeiros anos de vida, o cérebro de uma criança ainda está construindo suas conexões neurais. Para uma criança com perda de audição, isso significa que durante esses primeiros anos, com tratamento adequado, o cérebro é muito mais propenso a se adaptar e progredir melhor, em comparação às crianças que são diagnosticadas tardiamente, mas que fique claro que, independentemente da idade do paciente, a intervenção o mais precoce possível contribui para o desenvolvimento neuropsicomotor e emocional da criança.

É primordial o acompanhamento da assistente social, nesse caso, mediando o acompanhamento da equipe de saúde multidisciplinar (pediatra, fonoaudiólogo, psicólogo, terapeuta ocupacional) e pedagógico com a família, contribuindo enormemente para o sucesso do seguimento e um melhor desenvolvimento dessa criança que é considerada em situação de risco social. Não só a nossa criança em questão, mas crianças da rede pública, de um modo geral, se beneficiariam enormemente da Lei 13.935/2019 que regulamenta a presença e atuação de psicólogos e assistentes sociais na rede pública de educação básica.

Como produto da aula, foi elaborado um material didático “Folder Informativo para Professores: Inclusão de Surdos em Sala de Aula”, tendo como público-alvo os professores do ensino básico, contendo informações gerais sobre causas de deficiência auditiva, inclusão dos surdos em sala de aula, estratégias para inclusão e sugestões para desenvolver competências e habilidades.



**Figura 1:** Ilustração do material didático “Folder Informativo para Professores: Inclusão de Surdos em Sala de Aula”.

<b>ESTRATÉGIAS PARA INCLUSÃO</b>	<b>INCLUSÃO DE SURDOS EM SALAS DE AULA</b>	<b>DEFICIÊNCIA AUDITIVA</b>
<p>➤ Para trabalhar a leitura e escrita escolher textos variados que sejam adequados para a faixa etária e que motivem o aluno.</p> <p>➤ Utilização de alfabeto manual (em libras), fichas com palavras em português, atividades para completar frases escritas a partir de imagens ou textos, discussão em libras sobre determinado tema trabalhado e escrita de palavras relacionadas ao texto ou tema, criar uma frase ou diálogo a partir de imagens ou palavras já trabalhadas anteriormente</p> <p><b>COMPETÊNCIAS E HABILIDADES</b></p> 	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ A Libras é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão e outros recursos de expressão associados a ela (Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005);</li><li>▪ É imprescindível que todos os membros da escola, especialmente os professores, que trabalham na sala de aula de educação inclusiva, criem condições e desenvolvam uma variedade de estratégias que eliminem as barreiras enfrentadas para participação de alunos surdos. (Capovilla e Capovilla 2002);</li><li>▪ É imperativo também que os professores desenvolvam uma estrutura regulatória em sala de aula que possibilite uma interação positiva entre alunos surdos e com deficiência auditiva e alunos ouvintes. (Garcia, 2011);</li><li>▪ Os professores regentes e professores de apoio, destinados ao auxílio de alunos com deficiência auditiva, devem fornecer informações aos alunos ouvintes sobre a surdez e as características dos alunos surdos, a fim de melhorar sua consciência, bem como incentivá-los a falar e interagir um com o outro (Garcia, 2011);</li><li>▪ Um dos objetivos do atendimento educacional especializado (AEE) é “prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes”. (Decreto nº 7.611/2011);</li><li>▪ A proposta de ensino-aprendizagem para o aluno surdo precisa ser na modalidade bilíngue, assim como afirma a Lei 10.438 a Libras como primeira língua da comunidade surda e a segunda língua a língua oficial do país na modalidade escrita. (SANTOS e SANTANA, 2019, p. 174).</li></ul>	 <p><b>Deficiência auditiva é a perda bilateral, parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando em graus e níveis.</b></p> <p><b>CAUSAS</b></p> <p><b>As principais causas da deficiência congênita são: a hereditariedade, as viroses maternas (rubéola, sarampo), as doenças tóxicas das gestantes (sífilis, citomegalovírus, toxoplasmose) e a ingestão de medicamentos ototóxicos (que lesam o nervo auditivo) durante a gravidez.</b></p>

Fonte: Próprios autores, 2023.

## Políticas Públicas e Formação Docente

Quanto ao desenvolvimento cognitivo e social, cumpre a promoção da educação conforme preceitua a Constituição Federal em seu Artigo 3º, inciso IV, a qual prevê a “[...] a promoção do bem de todos, fundamentando o paradigma da inclusão escolar, torna-se necessário que as escolas levem em conta, em seus projetos pedagógicos, as necessidades de todos os alunos, suas qualidades e peculiaridades.

Cuidar e educar significa compreender que o direito à educação é parte do princípio da formação da pessoa em sua essência humana. Trata-se de considerar o cuidado no sentido profundo do que seja acolhimento de todos – crianças, adolescentes, jovens e adultos – com respeito e, com atenção adequada, de estudantes com deficiência, jovens e adultos defasados na relação idade-escolaridade, indígenas, afrodescendentes, quilombolas e povos do campo (BRASIL, 2018, p.19).

Em caso de aluno com deficiência auditiva, requer a adaptação dos ambientes físicos e das práticas pedagógicas para atender a diversidade dos alunos. Assim, todos os setores da escola precisam conhecer e fazer parte do processo com a proposta de inclusão educacional,



cabendo ao professor e coordenação acolher o aluno surdo e a família, sugerindo e fazendo as orientações necessárias, encaminhando-os aos serviços. Bem como, promovendo as adaptações necessárias na escola como: sinalização dos espaços com placas em Libras, realizar um planejamento de forma que o estudante surdo tenha acesso a todos os conteúdos curriculares ministrados na turma a qual faz parte e desenvolver o máximo das competências e habilidades propostas para a sua faixa-etária.

[...] uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2008, p. 1)

Para isso precisa estar inserido nas diversas atividades realizadas na escola e tenha participação em toda a convivência comunitária. Sendo imprescindível e necessária a adaptação das atividades, sendo imprescindível que se faça uso de muitas imagens relacionada ao conteúdo em estudo, ilustrando para os alunos e facilitando a compreensão dos mesmos, enquanto isso aprimora e reforça a prática da linguagem e escrita.

Como ressaltam (SANTOS; LACERDA, 2015), a partir da publicação da Lei 10.436 (BRASIL, 2002), que oficializou a Língua Brasileira de Sinais - Libras como forma de comunicação legal das comunidades surdas brasileiras, e do Decreto 5.626 (BRASIL, 2005), que discorre a respeito das atribuições e do ingresso de profissionais especializados na educação de surdos, o modelo de Educação Bilíngue, proposto pelo Decreto, tem se mostrado o mais adequado para suprir as reais necessidades da população surda matriculada em escolas regulares.

A Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, regulamenta a profissão de tradutor e intérprete de Libras (TILS); esse profissional realiza a interpretação simultânea nas duas línguas (Libras e língua portuguesa) (Brasil, 2010). Que ao educando seja oportunizado a livre expressão sobre os aspectos que permeiam seus conhecimentos de mundo, que os mesmos aflorem rotineiramente no espaço escolar por meio das LIBRAS. Cabe evidenciar, que ele



tenha o auxílio do intérprete de LIBRAS como mediador, atendendo desse modo as demandas por meio de ideias e questionamentos que venham a surgir no decorrer das aulas.

Nas escolas brasileiras, a inclusão dos alunos surdos ocorre com o auxílio de um profissional intérprete, que traduz para a LIBRAS e a Língua portuguesa tudo o que é dito durante as aulas. O profissional intérprete deve dominar a língua de sinais e a língua portuguesa.

O processo de inclusão desestabilizou certezas, uma vez que trouxe inúmeros questionamentos sobre concepções e práticas escolares já arraigadas. Entretanto, se os professores especialistas dominam estratégias metodológicas específicas que podem beneficiar os alunos especiais, desconhecem, muitas vezes, princípios teórico- metodológicos subjacentes às diferentes áreas de conhecimento, já que seu fazer pedagógico esteve por anos, na perspectiva da integração, relacionado a práticas de reabilitação (BETIM, PAPI, 2014, p.6).

Ao alcance do aluno surdo, devem ser ofertados os recursos físicos, humanos e materiais para o atendimento de todos. É dever da escola, recorrer ao órgão gestor (secretaria de educação/gerências) para solicitar o profissional e de apoio (intérprete da Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS) e até mesmo um professor especializado para atuar na comunidade. Desse modo, não anulando a necessidade do professor da turma se munir das diversas estratégias para melhor atender as especificidades dos seus alunos.

### **Ações Pedagógicas e Inclusão do Aluno em Sala de Aula**

Falando especificamente da escola, a falta de conhecimento sobre o tema surdez, as questões entre os fatores que envolvem surdos e ouvintes, em decorrência do desconhecimento de libras acarreta diversos problemas na vida escolar do aluno surdo. Ele por sua vez passa por diversas escolas na tentativa de se adaptar a uma, denominada escola inclusiva, mas que não dispõe de intérprete, professores alheios a libras, bem como a equipe escolar que não consegue se comunicar por de fato não conhecerem a língua, o que acarreta sentimentos ruins e frustrações, dificuldades na aprendizagem impossibilitando a compreensão dos conteúdos ministrados em sala de aula, e como consequência o isolamento do estudante.



O estudo de Ferreira (2011), que traz reflexões sobre a educação especial, a formação escolar de alunos com surdez, o seu desenvolvimento na comunicação e o atendimento educacional especializado nos três momentos didático-pedagógicos. A autora aborda a Educação Especial, na perspectiva inclusiva, como serviço complementar do Atendimento Educacional Especializado na escola/classe comum, que oferece novas possibilidades para as pessoas com surdez, em que a Libras e a Língua Portuguesa escrita são línguas de comunicação e instrução, a sala de aula e a sala de recursos multifuncionais são locais que promovem a interação e o desenvolvimento acadêmico do aluno.

Santos e Santana (2019) colocam que o AEE, de oferecimento obrigatório, deve funcionar em espaço próprio na escola, em horário oposto ao do ensino regular do aluno e deve trabalhar a Libras, o português como segunda língua e o acesso ao conhecimento científico através de estratégias metodológicas. Segundo estes autores: A proposta de ensino-aprendizagem para o aluno surdo precisa ser na modalidade bilíngue, assim como afirma a Lei 10.436 a Libras como primeira língua da comunidade surda e a segunda língua a língua oficial do país na modalidade escrita (SANTOS e SANTANA, 2019).

A respeito do Atendimento Educacional Especializado para aprendizagem da Língua Portuguesa, ela confirma que o professor deve se apropriar muito bem da configuração, organização e a estrutura dessa Língua, assim como metodologias de ensino desta. E para sua aquisição é preciso que o professor estimule constantemente o estudante, instigando-o a enfrentar desafios. Destaca-se que o atendimento em Língua Portuguesa é de extrema importância para o desenvolvimento e a aprendizagem do aluno com surdez na sala comum.

Damázio (2007), em sua perspectiva afirmou que a aplicabilidade de recursos visuais, contribui para a compreensão do conteúdo curricular em Libras, e este oferta ao aluno com surdez segurança e motivação para aprender, sendo, portanto, de suma importância para a inclusão do aluno nas salas regulares.

As práticas pedagógicas e métodos ensino precisam ser reconsiderados, para que o aluno surdo compreenda que as dificuldades que ele enfrenta no aprendizado no campo de domínio da leitura e escrita seja advinda somente da surdez, mas também relativo a práticas disciplinares aderidas pela equipe multidisciplinar que compreende a visão pedagógica escolar e PPP- Projeto político pedagógico e professores de um modo geral.



A inclusão de alunos deficientes auditivos na sala de aula do ensino regular é importante para o desenvolvimento escolar, social e psicológico do aluno surdo e também dos alunos ouvintes, pois ajuda a melhorar a convivência desses alunos com as diferenças sociais e também contribui, em longo prazo, para a construção de uma sociedade onde os deficientes auditivos possam ser verdadeiramente inclusos (SANTOS; MENEZES, 2018).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como vimos, de acordo com os dados do IBGE, há um número significativo de surdos no Brasil, sendo assim, é importante que a escola e a comunidade estejam preparadas para acolher e fazer com que eles se sintam parte da comunidade e da escola, como cidadãos que são e tendo seus direitos assegurados por lei. A realidade do indivíduo, muitas vezes é complexa, estando portando o contexto biopsicossocial intimamente relacionado com o desenvolvimento desse aluno surdo. Dados oficiais do governo brasileiro (IBGE) atestam que, no nosso país, apenas uma parcela da população com deficiência auditiva é usuária de língua de sinais.

O acesso a direitos básicos de saúde, são imprescindíveis, o diagnóstico precoce é um marco importante para um melhor acompanhamento desse aluno e deveria ser assegurado, assim como alimentação, saneamento básico e acompanhamento parental que tem impacto positivo no processo ensino- aprendizagem dessa criança. Há uma negligência Estatal com a população pobre e em situação de risco.

Sobre o processo educativo, um professor inspirador, capacitado que envolvam os pais e as pessoas de convívio mais próximo na alfabetização em Libras, é determinante termos um processo mais eficiente de alfabetização e acolhimento. Assim como há uma diversidade na população geral, há uma gama de fatores causais na surdez e, no caso em estudo, nesse trabalho há uma questão social urgente que limita a acessibilidade a recursos básicos de vida, de recursos de acessibilidade próprios das pessoas com deficiência auditiva. A questão dos direitos da criança em situação de risco e perigo social, perpassa o direito a uma Educação Básica de qualidade.

A busca por ampliação de qualidade na educação de crianças se fortalece e amplia após atualizadas defesa e sistematização de instrumentos legais que concebem a criança



como sujeito de direitos. Nesse processo sócio–histórico e político de conquista de direitos, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, no Brasil (BARREIROS, 2020), visando assegurar educação inclusiva e equitativa de qualidade, promovendo aprendizagens ao longo da vida para todos/as. Ainda segundo Barreiros (2020), é inconteste que as crianças de menores de idade tenham acesso universal à educação básica, ampliando, assim, as oportunidades daquelas que são mais vulneráveis e se encontram até em situações de risco de perigo. O risco social e a negligência à população como um todo é realidade brasileira e, conseqüentemente se fazem presentes nas escolas, assim sendo os assistentes sociais e os psicólogos são imprescindíveis dentro das escolas e deveriam ser uma realidade para todos.

Portanto, após vivenciar e refletir a prática do estudo baseado na análise global de um caso clínico, é possível identificar a importância da atuação do educador e do aluno no processo de construção do conhecimento. Fazer o estudante sentir-se acolhido, sendo parte da comunidade escolar e do processo de aprendizado, não atuando apenas como expectador, é um enorme desafio para o professor que precisa desenvolver habilidades e competências para sua prática. De fato, ter uma visão global sobre os aspectos intrínsecos e extrínsecos que interferem no aprendizado, podem englobar diversas áreas, não só educativas, como também sobre o eixo saúde e bem-estar. Todavia, ter experiências que proporcionem a compreensão sobre o que cerca o indivíduo de forma holística, entendendo os desafios enfrentados pela escola, comunidade, família e os aspectos individuais, por não se tratar somente do cuidado com os distúrbios, transtornos e deficiências, engloba todo o contexto biopsicossocial é algo que necessita preparo e sensibilidade.

Essa visão mais ampla, foi favorecida pela aplicação do Método de caso que, proporcionou uma ampla discussão, favorecendo reflexão sobre as competências, habilidades e responsabilidades dos professores, da comunidade e do Estado. Para que os profissionais atuem adotando condutas que sejam adequadas, estratégicas, eficientes e elencadas de forma individualizada. Assim, dando suporte para o aprimoramento das funções cognitivas dos alunos, familiares, bem como da equipe escolar. Desse modo, podemos alcançar um desfecho favorável, para que o ambiente escolar seja acolhedor, inclusivo e responsável pela disseminação do conhecimento. Tais vivências positivas podem contribuir e beneficiar a



comunidade escolar de modo geral, perpassando também pela comunidade acadêmica, o que beneficia ambos os públicos, agregando à educação em saúde e o crescimento profissional para os alunos.

## REFERÊNCIAS

ALPENDRE, Elizabeth Vidolin; AZEVEDO, Hilton; FERNANDES S. **Concepções sobre surdez e linguagem e o aprendizado da leitura**. Programa de desenvolvimento educacional. Proposta de material didático: Caderno pedagógico. Curitiba: 2008.

BARREIRO Alex; CAVALCANTE Nélia Aparecida da Silva; FARIA Ana Lúcia Goulart de. **Pesquisas e Pedagogias: Educação para as diferenças**. Uberlandia: Editora Navegando, 2020.

BETIM, Ana Claudia; PAPI, Silmara de Oliveira Gomes. O papel do professor diante da inclusão de um aluno surdo. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE**. PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação, 2013.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988** (18. ed.). São Paulo, Brasil: Saraiva. 1998. Decreto nº 5.626, de dezembro de 2005. Regulamenta, Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, DISPÕE SOBRE A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS. Diário Oficial da União. 23 de dez. de 2005, p. 28. Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/ViwiIdentificacao/DEC%205.626-2005?OpenDocument>> Acesso em: abril. 2023.

LACERDA Cristina Braglia Feitosa. A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS: O QUE DIZEM ALUNOS, PROFESSORES E INTÉRPRETES SOBRE ESTA EXPERIÊNCIA. **Cad. Cedex**, Campinas, v. 26, n. 69, p. 163-184, maio/ago. 2006

**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9.394. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: abril, 2023.

**Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação e Cultura/MEC. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: abril, 2023.

PROMETI, Daniela et al. **Estudos de Lexicologia, Lexicografia, Terminologia e Terminografia das Línguas de Sinais**. Editora Appris, 2023.

SANTOS Letícia do Carmo; MENEZES Ivanir Olegário de. **A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA SALA DE AULA**. Disponível em:



<<https://jaru.fimca.com.br/gerenciador/data/uploads/2022/01/A-INCLUSAO-DO-ALUNO-NA-SALA-DE-AULA-2018.pdf>>. Acesso em: abril. 2023.

SOARES, José Mauro Madeiros Velôso et al. Metodologias ativas de ensino: evidências da aplicação do método de caso nos cursos de ciências contábeis e administração. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 20, n. 3, p. 92-103, 2019.

SOUZA, Solange Aparecida de et al. **O Ensino Aprendizagem face as Alternativas Epistemológica 4**. Editora Atena, 2020.

STROBEL, Karin. **História da Educação de Surdos**. Florianópolis: Editora UFSC, 2009.